



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

TERMO DE REFERÊNCIA

1- Objeto

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGIAS DESARMADA, PARA GARANTIR A SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA E UNIDADES SUBORDINADAS.

2- Justificativa da Necessidade de Contratação

Considerando a ausência de profissionais da área de Vigias no quadro permanente do Município, a presente contratação visa atender às necessidades dos serviços de vigias patrimoniais desarmados, diurno e noturno, de forma a garantir a segurança das instalações da Sede da Prefeitura Municipal e unidades subordinadas, não permitindo com isso, a depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações correlatas que redundem em dano ao Patrimônio Público. Desta forma o Presente Termo de Referência tem por objetivo definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada para **prestação de Serviços de Vigia desarmada.**

3- Caracterização do objeto:

Contratação de Serviços de Vigias desarmados conforme o Código Brasileiro de Ocupações - CBO nº 5174-20 para garantir a segurança das instalações da Prefeitura Municipal de São Borja e as demais Unidades subordinadas, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado na forma da Lei.

4- Da Definição dos Métodos

A contratação pretendida dar-se-á através de procedimento Licitatório na modalidade pregão do tipo menor preço, em sessão pública a ser realizada pela Secretaria Municipal de Planejamento Serviços e Projetos-SMPOP. E os Serviços a serem contratados são enquadrados neste Termo de Referência e no Edital de Licitação.

5- Do Local para execução dos Serviços

Os serviços serão executados nas Secretárias e setores relacionados no **anexo I** deste Termo de Referência e poderão ocorrer durante a vigência do Contrato acréscimos, supressões ou modificações de endereços dos imóveis.

6- Tipos de Postos de serviço

D- Posto de vigilância desarmado, convencional, diurno de segunda a domingo, inclusive feriados;

N- Posto de vigilância desarmado, convencional noturno, de segunda a domingo, inclusive feriados.

7- Dos Requisitos Mínimos para as respectivas Funções

- Ser Brasileiro
- Estar quite com as obrigações eleitorais e militares
- Ter idade mínima de 21(vinte e um anos)
- Ter Instrução correspondente ao nono ano do ensino fundamental
- Condicionamento físico compatível com o exercício das atividades
- Ter sido aprovados nos exames de Saúde e aptidão psicológica
- Capacidade de se comunicar com fluência, desenvoltura e cordialidade
- Ter sido aprovado em Curso de Formação de Vigilantes,

8

realizado por empresa de formação devidamente autorizada pelo órgão competente.

- Ter idoneidade comprovada mediante apresentação de antecedentes criminais, sem registros de indiciamento em inquerito policial, de estar sendo processado criminalmente ou ter sido condenado em processos criminais.

8- Definição e Descrição técnica do Objeto

A prestação dos serviços de vigias, nos postos fixados pela Administração, envolve a alocação, pela contratada, de mão de obra capacitada para:

- Comunicar imediatamente a Administração, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- Manter afixado no posto em local visível, números de telefones de emergências da Brigada Militar- Corpo de Bombeiros- Delegacia de Polícia e dos responsáveis pela Administração da Instalação e outros de interesse indicados para o melhor desempenho das atividades;
- Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do local de trabalho, adotando as medidas de segurança conforme orientações recebidas da Administração, bem como as que entender oportunas;
- Fora de horário de expediente permitir o ingresso nas instalações atendidas somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares em áreas internas da instalação, mantendo sempre os portões fechados;
- Repassar para o(s) vigia(s) que está assumindo o posto, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações.
- Comunicar a Secretaria Contratante todo o acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o Patrimônio da Administração Pública;

- Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriado e finais de semana, anotando em documento próprio o nome , registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar;
- Proibir, o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração responsável pela instalação;
- Proibir aglomeração de pessoas junto ao posto de vigia, comunicando o fato ao responsável pelo posto, no caso de desobediência;
- Proibir toda e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que implique e ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
- Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade no local;
- Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;
- Manter o(s) Vigia(s) no posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- A programação dos serviços será feita periodicamente pela Administração e deverão ser cumpridas, pela contratada, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações;
- A fim de subsidiar a elaboração das propostas e garantir a melhor adequação destas ao serviço, as empresas interessadas em participar da licitação deverão fazer rigorosa vistoria nos locais onde serão executados os serviços através de representante legal da empresa, o qual deverá apresentar documentação que comprove sua representatividade. Após a Vistoria, será firmado o TERMO DE VISTORIA. O licitante examinará as áreas e tomará ciência das características e peculiaridades dos serviços, inclusive da comprovação de presença do(s) vigia(s) em pontos e horários a serem demarcados pela contratante nas dependências das instalações

atendidas, através de relógios pontos ou ainda, controle pelo vigia com a instalação de cameras de video monitoramento nos espaços obscuros da unidade subordinada, ambas opções deverão ser custeadas pela Contratada, tendo visto que não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento das solicitações em tela;

- A vistoria deverá ser marcada e realizada em dias úteis, das 08h às 12 h, com o Secretario responsável pela Secretaria de Administração ou alguém designado por ele pelos fones (55) 3431-4455, para agendamento, devendo ser efetivada até o dia que antecede a Licitação;
- A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação da Licitação, ficando contudo, as Licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprimento das obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e das dificuldades técnicas não previstas.
- Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, assim como de bens particulares de empregados ou de terceiros;
- colaborar nos casos de emergências, visando a manutenção das condições de segurança do local;
- Cumprir a programação de serviços feitas periodicamente pela contratante, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral que se façam presentes.

9- Das Condições de Participação

- Poderão participar desta Licitação empresas que atendam todas às exigências do Edital e seus anexos, e que não estejam reunidas em Consórcio.
- Não será permitida a participação de empresas em processo de falência, em recuperação judicial ou que se encontre incurso na penalidade prevista no art. 87, incisos III e IV (imposta ao órgão ou entidade da Administração Pública, da Lei nº 8.666/93;
- Não poderá participar direta ou indiretamente da Licitação empresa(s) que tenha(m) sócio(s) ou empregado(s) que sejam servidores do Poder Executivo

do Município de São Borja-RS;

- Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Prova de Inscrição no cadastro de Contribuintes Estadual(DIC) ou Municipal(Alvará de Localização e funcionamento válido), relativa ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;
- Prova de Regularidade com as Fazendas Federal (Certidão conjunta de Débitos relativos a tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por tempo de Serviço- FGTS;
- Certificado de Negativa de Débito (CND) fornecido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;
- Prova de Inexistência de Débito inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) nos termos do título VII-A, artigo 642-A da CLT, artigo 27, inciso IV e artigo 29, inciso V da Lei 8.666/93, alterados pela Lei nº 12.440/2011.

10- Das obrigações e Responsabilidades da Contratada

A Contratada obrigará-se-á:

- A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente parte alguma do contrato;
- Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- Prestar os serviços de vigia desarmada diurna e noturna, fornecendo os equipamentos e artefatos inerentes ao desempenho das suas funções inclusive da comprovação de presença dos vigias em pontos solicitados pela contratante dentro das dependências internas e externas das instalações atendidas;
- Acionar a iluminação dos pontos pré-determinados pela contratante e verificar se todas as demais luzes do prédio se encontram desligadas, assim como os

aparelhos de ar condicionado que não precisam permanecer ligados;

- Efetuar vistoria em todo o ambiente do posto quando da troca de turno, acompanhando seu substituto, comunicando-lhe todas as ocorrências que deverão ser registradas em livro próprio de forma legível e de fácil leitura, bem como entregando-lhe todo o material e as chaves, sob sua guarda;
- Responsabilizar-se pela guarda das chaves das salas que forem colocadas aos seus cuidados pela contratante, promovendo a verificação e fechamento das dependências dos imóveis ao final do expediente, bem como a eventual abertura destas salas quando requisitadas por servidor da administração autorizado
- Responsabilizar-se pelos veículos das Secretarias do Município e as chaves dos mesmos, quando estão estacionados dentro das dependências das instalações atendidas em períodos intra-turnos.
- A contratada obriga-se a fornecer uniformes e seus complementos necessários conforme disposto das normas da atividade e a respectiva convenção coletiva de trabalho;
- É vedada a empresa contratada o repasse aos seus empregados dos custos de qualquer item de uniforme e seus complementos;
- A contratada deverá manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela contratante ou ainda alguma substituição;
- Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados acidentados ou com mal súbito;
- Apresentar os comprovantes de pagamento de benefícios e encargos do mês anterior dos empregados alocados na execução do serviço contratado, no ato da apresentação da nota fiscal;
- fornecer obrigatoriamente os benefícios acordados na Convenção coletiva de trabalho da respectiva categoria;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a contratante ou a terceiros em decorrência de dolo ou culpa na execução do contrato, não excluindo ou

reduzindo essa responsabilidade;

- A contratada, nos termos da Legislação Trabalhista e Previdenciária vigente, deverá proceder todas as anotações necessárias e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem seu pleitos trabalhistas e/ou previdenciários proposto por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a contratada;
- Ocorrendo desaparecimento de materiais ou bens, por omissão ou negligência da contratada, devidamente comprovado, será esta responsabilizada. A Empresa contratada deverá ressarcir os danos a Prefeitura Municipal de São Borja, no prazo de 5(cinco) dias úteis, a contar da emissão do Boletim de Ocorrência e notificação por escrito a Contratada. Não Havendo o atendimento a notificação, o valor do dano será apurado e descontado da garantia oferecida ou da próxima fatura mensal;
- No caso da empresa contratada não possuir instalações na cidade de São Borja- RS, deverá providenciar dentro do prazo de 60(Sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato a instalação de um escritório com toda a estrutura para atender em sua totalidade o objeto descrito deste Termo;
- Implantar em até 48 (Quarenta e oito) horas contados do recebimento da ordem de serviço, a mão de obra nos respectivos postos de vigia relacionados neste Termo de Referência e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela Administração, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite de assumir o posto conforme o estabelecido;
- O controle de frequência, embora sob a responsabilidade da empresa contratada, poderá ser solicitada pela administração a qualquer tempo, estas frequências deverão ser registradas preferencialmente por meios eletrônicos;
- Apresentar cópias das carteiras de trabalho assinadas no dia da apresentação dos funcionários;

- Apresentação da Autorização de funcionamento e Alvará expedido pela Brigada Militar através do GSVG(Grupamento de supervisão de Vigias e Guardas)
- Cumprir com todas as obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato; Cumprir a Legislação Previdenciaria e social inclusive no que se refere a jornada de trabalho.
- Sujeitar-se à mais ampla e restrita fiscalização por parte da administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente as reclamações formuladas
- Manter as mesmas condições habilitatórias no que se refere ao recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais, inclusive quanto ao recolhimento do ISS (Imposto sobre Serviços), durante a vigência do contrato e possíveis prorrogações, as quais são de natureza Sine Qua Non para a emissão de pagamentos e aditivos de qualquer natureza;
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela contratada deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

11- Das Obrigações da Contratante

- Efetuar o pagamento dos serviços prestados nas condições e preços pactuados, mediante apresentação da nota fiscal fatura, devidamente atestada pelo ordenador da despesa da Sewcretaria Correspondente;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por intermédio de servidor(es) especialmente designado (s) para esse fim, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, procedendo ao atesto das respectivas faturas, devendo rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em descordo com as respectivas especificações, com ressalvas e/ ou glosas que se fizerem necessárias, não eximindo a CONTRATADA de total responsabilidade quanto a execução dos serviços;

- Comunicar oficialmente a CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no curso do fornecimento da prestação do serviço, determinando o que for necessário à sua regularização;
- Relacionar as dependências das Instalações físicas, bem como, os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação;
- Indicar as áreas onde os serviços serão executados;
- Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no contrato;
- Solicitar à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- Solicitar a substituição do empregado da CONTRATADA que não estiver desempenhando suas atividades a contento, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência;
- Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Administração para a prestação dos Serviços;
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da
- CONTRATADA ou por seus prepostos;
- Suspender o pagamento da nota fiscal/fatura sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da empresa CONTRATADA até a completa regularização;
- Aplicar a CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.

12- Da Qualificação Econômico Financeira

- Considerando a necessidade das interessadas demonstrarem que têm condições de pagar os salários dos funcionários e respectivos encargos independente do repasse financeiro por parte do Município, a empresa deverá apresentar:
- Demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, compostas de no mínimo, do Balanço Patrimonial e da Demonstração do resultado do exercício que comprovam a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios.

Serão utilizados os seguintes indicadores para verificação da situação financeira da empresa:

- LIQUIDEZ CORRENTE : $AC:PC$ = índice mínimo de 1,0
- LIQUIDEZ GERAL: $AC+ARLP:PC+PELP$ = índice mínimo 1,0
- GERÊNCIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS: $PL:PC+PELP$ = índice mínimo de 0,5
- GRAU DE ENDIVIDAMENTO: $PC+PELP:AT$ = índice máximo 0,5
- ONDE:
- AC = Ativo Circulante
- ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo
- AP = Ativo Permanente
- AT = Ativo Total
- PC = Passivo Circulante
- PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo
- Os cálculos dos índices contábeis apresentados serão revisados pelo Município, sendo consideradas duas casas decimais após a vírgula, aplicando-se critérios de arredondamento previstos na NBR 5891 da ABNT, havendo divergência entre os cálculos apresentados pela empresa e os cálculos efetuados pelo Município, prevalecem os últimos para fins de
- julgamento;
- Serão consideradas habilitadas as empresas ou entidades que atingirem os quatro índices econômicos solicitados;
- Quando se tratar de pessoa Jurídica constituída sob a forma de Sociedade Anônima, admitir-se-á a apresentação do balanço patrimonial devidamente registrado, acompanhado de cópia de respectiva publicação da imprensa oficial;
- Comprovação de Aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste termo, por período não inferior a 01(Hum) ano, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

13- Do piso Salarial vigente para a categoria

- Os pisos salariais dos profissionais colocados a disposição da CONTRATANTE, para a prestação dos
- Serviços objeto deste Termo de Referência, deverão ser fixados tomando-se por parâmetro aqueles dispostos na Convenção Coletiva do Sindicato Intermunicipal dos empregados em empresas de Asseio e conservação no Rio Grande do Sul- SEEAC/RS, devidamente homologada no Ministério do Trabalho e Emprego- MTE;

14- Das Planilhas de Custos e de Formação de Preços

- A Planilha de Custos e formação de preços servirá para demonstrar possíveis variações de custos/insumos no curso da execução do Contrato e deverá ser utilizada como base em eventuais reparações ou revisões de preços;
- No preenchimento da planilha de Custos e Formação de Preços, a Licitante deverá observar as orientações /informações/instruções referentes às Convenções Coletivas de Trabalho da categoria, acordos e, sentenças normativas ou Leis que regem a categoria, a inobservância destas orientações poderá resultar em desclassificação da proposta;
- A Administração poderá realizar diligências junto a Licitante vencedora, ou buscar suporte técnico, a fim de esclarecer dúvidas referente a valores ou percentuais informados na planilha de custos e formação de preços apresentadas, a identificação da inclusão de informações ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à Empresa que não forem comprovadas documentalmente e a inobservância dos prazos fixados pela Administração para entrega de respostas, ou documentos considerados incompletos ou insuficientes ocasionará a desclassificação da proposta;
- No preço proposto deverão estar inclusas todas as despesas com salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, despesas administrativas e lucros, também os demais insumos necessários à sua composição.
- A Planilha de formação de preços deverá ser

preenchida para cada função descrita neste Termo de Referência, conforme **anexo II**.

15- Do Preço Médio da Contratação de Vigia

- Em conformidade com os preços praticados atualmente, os quais servirão de referência como critério de aceitabilidade dos valores propostos.

16- Dos Critérios de Aceitabilidade dos Preços

- Na Cotação dos preços deverão ser observados os valores estimados pela Administração;
- Não se considera oferta de vantagens não prevista neste Termo de Referência, preços ou vantagens baseadas nas propostas dos demais Licitantes;
- Não serão aceitas propostas alternativas e com preços incompatíveis com os estimados pelo órgão;
- Serão desclassificadas as propostas que:
 - a) Contenham vícios ou ilegalidades;
 - b) Não apresentam as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência;
 - c) Apresentarem preços que sejam manifestamente inexequíveis;
 - d) Não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial relação ao preço.

17- Pela Inexecução total ou Parcial do objeto do presente Termo de Referência

- A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a licitante vencedora as seguintes sanções:
 - a) Advertência
 - b) Multa de 10%(dez por cento) sobre o valor total mensal do contrato, recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;
 - c) a multa que alude este item não impede que a administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções abaixo previstas;
- A multa, aplicada após regular processo

administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado;

- Declaração de Inidoneidade para Licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes a após decorrido o prazo da sanção aplicada.

18- Da Repactuação e da Atualização Financeira

- As repactuações serão procedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação de planilhas de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação;
- Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que seja observado na primeira repactuação o interregno mínimo de Dois anos, exceto se comprovar de que o desequilíbrio inviabiliza a prestação do serviço;
- As repactuações subsequentes à primeira, serão a partir da data do fato gerador que deu ensejo a última repactuação;
- A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito à repactuação, quando houver acordo coletivo que fixar novo salário normativo da categoria profissional até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva e prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão de seu direito de repactuar;
- É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórias por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;

- O período de vigência do contrato é de 12(doze) meses consecutivos, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60(Sessenta) meses, com fundamento no artigo 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

19- Da Garantia

- A CONTRATADA deverá apresentar a CONTRATANTE, no prazo máximo de 5(cinco) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço, comprovante de garantia, no valor correspondente a 5%(cinco por cento) do valor total anual do contrato, nas seguintes modalidades:
- a) Carta de fiança bancária pelo prazo de duração do contrato, devendo a Contratada providenciar sua prorrogação por toda a duração do contrato, independente de notificação da Administração, sob pena de rescisão contratual
- b) Seguro garantia feito mediante entrega de apólice emitida por entidade em funcionamento no País, em nome da Administração, cobrindo o risco de quebra do contrato, por toda a duração do contrato, devendo a CONTRATADA providenciar a prorrogação a cada renovação contratual, sob pena de rescisão contratual;
- c) Caso a CONTRATADA opte por caução em dinheiro, deverá providenciar o depósito bancário em conta fornecida pela Administração, para os fins específicos a que se destina, sendo o recibo do depósito o único meio hábil de comprovação da exigência;
- A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação por omissão da CONTRATADA, de seu preposto ou de quem em seu nome agir;
- A Autoridade contida neste sub item é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal;
- A CONTRATADA obriga-se a repor , no prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual;

- A Garantia será restituída automaticamente, ou por solicitação, no prazo de até 3(Trez)meses contados do final da vigência do contrato ou da rescisão, em razão de outras hipóteses de extinção contratual previstas em Lei, sómente após comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso a Contratada não efetive o cumprimento destas
- obrigações até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual ou da rescisão, esta garantia será utilizada para pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela contratante;
- A devolução desta garantia fica condicionada à comprovação pela CONTRATADA, da inexistência de débitos trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto Contratado.
- A Devolução da garantia contratual pressupõe, por sua essência, a plena satisfação de todas as obrigações contratuais e envolve a quitação dos encargos de indole trabalhista advindas da execução do contrato e esta condicionada face à prova de quitação de todas as verbas trabalhistas;
- O valores depositados a titulo de caução serão corrigidos pelo IGPM.

20- Do Orçamento Detalhado

- Os valores que servirão de base para os valores propostos estão inclusos nas planilhas anexas a este Termo de Referência.

①



ANEXO I

LOCAL PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO E QUANTITATIVO

SECRETARIA	QT	ENDEREÇO	TURNOS
SAD -PALACIO JOÃO GOULART e CENTRO ADMINISTRATIVO	01	CENTRO	12 horas/ Diurno
SAD- PALACIO JOÃO GOULART e CENTRO ADMINISTRATIVO	01	CENTRO	12 horas Noturno
SAD -DEPTO MATERIAL	01	CABELEIRA	12 horas/ Diurno
SAD- DEPTO. MATERIAL	01	CABELEIRA	12 horas/ Noturno
SMIESUST	01	CEMITERIO PASSO	12 h Noturno
SMIESUST	01	CEMITERIO CENTRO	12h Noturno
SMIESUST	01	OFICINA-PARQUE MAQUINAS	12H Noturno
SMIESUST	01	OFICINA -PARQUE MAQUINAS	12 Diurno
SMIESUST	01	SERVIÇOS URBANOS	12H Noturno
SMS	01	UPA	12 horas Noturno

5

[Handwritten signature]